

Número do desenho	Número da parcela	Morada do proprietário	Referências		Áreas a expropriar (metros quadrados)	DUO a dispensar (metros quadrados)	Ocupação temporária (metros quadrados)	Sobranete eventualmente a expropriar (metros quadrados)
			Matriz	Registro predial				
PI-118	19/1-F	Herdeiros de Manuel Jorge Rodrigues, ao cuidado de Manuel Nóvoa Bargiela, Rua de Aquilino Ribeiro, 4, 2330-216 Entroncamento.	Rústico, 130-Z	1 599	134			
PI-118	19/1-G	Herdeiros de Manuel Jorge Rodrigues, ao cuidado de Manuel Nóvoa Bargiela, Rua de Aquilino Ribeiro, 4, 2330-216 Entroncamento.	Rústico, 130-Z	1 599	101			

Obra Social do Ministério das Obras Públicas, I. P.

Despacho n.º 1359/2006 (2.ª série). — Pelo despacho conjunto n.º 2/2006, de 13 de Dezembro de 2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 2, de 3 de Janeiro de 2006, foi nomeada presidente da direcção da Obra Social do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (OSMOP), em regime de substituição, a licenciada Maria do Castelo Serrão Lopes Martins Pereira, que por tal razão deixou vago o cargo de vogal da mesma direcção.

Dado que se torna imprescindível o regular funcionamento daquele órgão, decide-se, ao abrigo do disposto nos artigos 2.º e 4.º do Decreto-Lei n.º 360/90, de 14 de Novembro, e nos termos dos n.ºs 1 e 3 do artigo 2.º, do n.º 1 do artigo 20.º e do artigo 27.º, todos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, proceder à nomeação da licenciada Sandra Maria Pedrinho Gradiz para exercer o cargo de vogal da direcção da OSMOP, em regime de substituição.

O presente despacho produz efeitos desde 13 de Dezembro de 2005 e cessa por caducidade, logo que ocorra a situação prevista no n.º 2 do despacho conjunto n.º 2/2006, de 13 de Dezembro de 2005.

5 de Janeiro de 2006. — A Presidente, em regime de substituição, *Maria do Castelo Serrão Lopes Martins Pereira*.

ANEXO

Curriculum vitae

Sandra Maria Pedrinho Gradiz, nascida em Lisboa em 1 de Dezembro de 1972.

Habilitações literárias:

Licenciatura em Gestão pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, concluído em Julho de 1995.

Formação profissional:

Curso «Operacionalização do estatuto do pessoal dirigente», Instituto Nacional de Administração;
 Curso «Auditoria contabilística e financeira na Administração Pública», NPF — Pesquisa e Formação, L.ª;
 Curso «Prestação de contas e responsabilidades financeiras em serviços com autonomia administrativa e financeira», Instituto Nacional de Administração;
 Diploma de especialização em aquisição pública de bens e serviços, Instituto Nacional da Administração;
 Seminário de alta direcção, Instituto Nacional de Administração;
 Cursos «IVA e contabilidade analítica», Câmara dos Técnicos de Contas;
 Curso «Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP)», Nova Fórum — Instituto de Formação de Executivos.

Actividade profissional:

Desde Novembro de 2003 — coordenadora dos Serviços de Contabilidade da Obra Social do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, I. P.;
 2004 — nomeada técnica superior principal;
 2000-2003 — desempenhou funções de técnica superior de 1.ª classe no Instituto Geológico e Mineiro, área financeira. Implementação do POCP;
 1999 — ingresso na função pública em nomeação definitiva na categoria de técnico superior de 2.ª classe, área financeira, no Instituto Geológico e Mineiro;
 1996-1999 — exerceu funções de técnico superior de 2.ª classe como contratada a termo certo no Instituto Geológico e Mineiro, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 195/97, de 31 de Julho;
 1995-1996 — estágio na empresa CCA — Caiano Pereira Consultores Associados, L.ª, em auditoria e consultoria.

Outras referências curriculares — inscrita como técnica oficial de contas na Associação dos Técnicos Oficiais de Contas.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Gabinete do Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional

Despacho n.º 1360/2006 (2.ª série). — Nos termos do despacho conjunto n.º 336/97, de 19 de Junho, publicado no *Diário da República*,

2.ª série, de 1 de Outubro de 1997, foi fixado em 10 o número de equipas de projecto a constituir no âmbito do Gabinete de Investigação e Projectos do Instituto para a Qualidade na Formação, I. P. (IQF).

Pelo despacho n.º 2905/2005 (2.ª série), de 19 de Janeiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 10 de Fevereiro de 2005, foram nomeados coordenadores dos projectos «Metodologias de formação e desenvolvimento curricular» e «Centro de recursos», respectivamente, o licenciado Horácio Mendes Covita e o licenciado António Bob Moura Santos, que, a seu pedido, cessaram funções.

Considerando que se torna necessário assegurar a continuação das actividades destas equipas de projecto, no uso dos poderes que me foram conferidos pelo despacho n.º 10 847/2005 (2.ª série), de 28 de Abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 13 de Maio de 2005, ao abrigo do disposto nos n.ºs 5, 6 e 7 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 115/97, de 12 de Maio, e sob proposta do conselho directivo do IQF, determino o seguinte:

1 — É nomeada coordenadora do projecto «Metodologias de formação e desenvolvimento curricular», criado pelo despacho n.º 11 053/97 (2.ª série), de 23 de Outubro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 13 de Novembro de 1997, a licenciada Ana Maria Marques Canelas.

2 — É nomeada coordenadora do projecto «Centro de recursos», criado pelo despacho n.º 11 053/97 (2.ª série), de 23 de Outubro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 13 de Novembro de 1997, a licenciada Ana da Conceição dos Santos Amaral.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua publicação.

23 de Dezembro de 2005. — O Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional, *Fernando Medina Maciel Almeida Correia*.

Inspecção-Geral do Trabalho

Despacho (extracto) n.º 1361/2006 (2.ª série). — Por despachos de 7 de Dezembro de 2005 do presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica e de 23 de Dezembro de 2005 do inspector-geral do Trabalho:

Maria Luísa Caldeira de Freitas Santos, técnica superior de 1.ª classe do quadro de pessoal do Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica — transferida com a mesma categoria para o quadro de pessoal do ex-Instituto de Desenvolvimento e Inspecção das Condições de Trabalho, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2006, nos termos da alínea *a*) do n.º 2 do artigo 128.º do Código do Procedimento Administrativo. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

2 de Janeiro de 2006. — A Directora de Serviços, *Isabel Maria Canha Delgado Figueiredo Vilar*.

Instituto da Segurança Social, I. P.

Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Coimbra

Despacho n.º 1362/2006 (2.ª série). — *Subdelegação de competências.* — Ao abrigo do n.º 2 do artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo e no uso da autorização conferida pelo despacho n.º 25 656/2005 (2.ª série), do director do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Coimbra, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 238, de 14 de Dezembro de 2005, subdelego nos chefes de equipa Armando Manuel da Silva Veloso e Jorge Manuel Mendes Nobre Ferreira as competências que me foram subdelegadas pelos n.ºs 1 e 4 do referido despacho.

Consideram-se ratificados todos os actos, conformes à lei, praticados pelos subdelegatários no âmbito do presente despacho.

3 de Janeiro de 2006. — O Director do Núcleo de Sistemas de Informação, *Nuno Manuel Matias da Costa*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 1363/2006 (2.ª série). — Por despacho de 28 de Novembro de 2005 da Ministra da Educação:

Maria de Lurdes Parente Silva, assessora principal da carreira técnica superior do quadro único de pessoal dos serviços centrais, regionais e tutelados do Ministério da Educação — autorizada equiparação

a bolseiro no País, a tempo inteiro, pelo período de um ano, com efeitos reportados a 9 de Dezembro de 2005. (Isento de fiscalização do Tribunal de Contas.)

2 de Janeiro de 2006. — A Chefe de Divisão de Administração de Pessoal e Expediente, *Maria Fernanda Manteigas*.

Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular

Aviso n.º 568/2006 (2.ª série). — Para os devidos efeitos, publica-se a classificação profissional, alterada de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 432/77, de 15 de Outubro, da professora do ensino secundário a seguir indicada, a qual concluiu, com aproveitamento, a profissionalização em serviço no ano lectivo de 1994-1995:

4.º grupo-A:

Maria Fernanda António — 14 valores.

3 de Janeiro de 2006. — A Directora-Geral, *Ana Cristina Carvalho Paulo*.

Direcção Regional de Educação do Alentejo

Escola Secundária c/ 3.º Ciclo de Castro Verde

Aviso n.º 569/2006 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada no *placard* situado no bloco administrativo desta Escola a lista de antiguidade do pessoal não docente deste estabelecimento de ensino abrangido pelo supracitado decreto-lei.

Os funcionários têm 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

6 de Janeiro de 2006. — O Presidente do Conselho Executivo, *Carlos Alberto Soares Ramos*.

Agrupamento Horizontal de Escolas de Grândola

Aviso n.º 570/2006 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, torna-se público que se encontra afixada no *placard* dos Serviços Administrativos deste Agrupamento, para consulta, a lista de antiguidade do pessoal não docente deste estabelecimento de ensino reportada a 31 de Dezembro de 2005.

Da referida lista cabe reclamação, por um período de 30 dias a contar a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, de harmonia com o disposto no n.º 1 do artigo 96.º do mesmo diploma.

6 de Janeiro de 2006. — A Presidente do Conselho Executivo, *Mariana Falcão*.

Escola E. B. 2, 3 Mestre de Avis

Aviso n.º 571/2006 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada nos locais habituais desta Escola a lista de antiguidade do pessoal não docente reportada a 31 de Dezembro de 2005.

Nos termos do n.º 1 do artigo 96.º do mesmo decreto-lei, os docentes dispõem de 30 dias a contar a partir da publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

6 de Janeiro de 2006. — Pela Presidente do Conselho Executivo, (*Assinatura ilegível.*)

Direcção Regional de Educação do Centro

Agrupamento de Escolas Terras do Xisto

Aviso n.º 572/2006 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, e para os devidos efeitos, faz-se público que se encontra afixada no *placard* da entrada dos serviços administrativos a lista de antiguidade